

PLANO DE GESTÃO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA ELABORAÇÃO DAS PRINCIPAIS TEMÁTICAS DESTES PLANOS EM UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR

José Olímpio Domingues Junior (*), Bernardo Arantes do Nascimento Teixeira 2, Alex Ferreira Silva 3

*Universidade Federal de São Carlos, josjunior13@yahoo.com.br

RESUMO

A sustentabilidade representa um conceito com grande destaque nos últimos tempos, haja vista que tem o propósito de suprir as necessidades do presente sem comprometer as gerações futuras. O presente trabalho tem objetivo de estudar os desafios e perspectivas na elaboração das principais temáticas preconizadas pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável (PLS) em uma Instituição Federal de Ensino Superior. Para alcançar os objetivos, utilizou-se a abordagem qualitativa e descritiva no que concerne a proposta do trabalho. Foram entrevistados membros da comissão gestora, por meio de um formulário constituído por perguntas prévias, abertas, onde os entrevistados tiveram condições de expressar suas ideias acerca dos questionamentos feitos. Dentre os fatores impulsionadores aparecem o reconhecimento da importância do plano, a preocupação da universidade com a gestão ambiental, mesmo sem um plano estruturado de sustentabilidade. No que se refere aos fatores considerados impeditivos à elaboração e implementação do respectivo plano, aparece a pouca coesão da equipe, à redução da matriz orçamentária, esbarra também em introduzir e sensibilizar toda comunidade acadêmica a adotar a política dos 5R's, assim como a licitação sustentável que deverá ser objeto de análise, uma vez que há entraves em diversos mecanismos que impedem a consolidação desta prática no âmbito desta instituição.

PALAVRAS-CHAVE: Gestão ambiental; licitação sustentável; administração pública.

ABSTRACT

Sustainability represents a concept with great emphasis in recent times, since it is intended to meet the needs of the present without compromising future generations. The present work has the objective of studying the challenges and perspectives in the elaboration of sustainable actions and practices in the various sectors of a Federal Institution of Higher Education, regarding the main thematic themes advocated by the Sustainable Logistics Management Plan. To reach the objectives, the qualitative and descriptive approach was used in what concerns the proposal of the work. The members of the management committee were interviewed by means of a form consisting of previous, open questions, where the interviewees were able to express their ideas about the questions asked. Among the driving factors are the acknowledgment of the importance of the plan, the university's concern with environmental management, even without a structured sustainability plan. Regarding the factors considered to be impeding the elaboration and implementation of the respective plan, the team's lack of cohesion, the reduction of the budget matrix, and the introduction of the 5R's policy, as well as the sustainable bidding which should be the subject of analysis, since there are obstacles in several mechanisms that prevent the consolidation of this practice within this institution.

KEY WORDS: Environmental management; sustainable bidding; public administration

INTRODUÇÃO

Os recursos naturais, presentes nos mais diversos ecossistemas, constituem a base para a sobrevivência de todos os seres no planeta. A conservação e preservação de tais recursos configuram como cruciais para a continuidade ao acesso e manutenção da vida. São diversas iniciativas no qual têm como propósito promover práticas que visam preservar e conservar os mais diversos recursos ambientais, instrumentalizados através de estudos, técnicas, ferramentas, práticas e diversas políticas públicas para garantir a sobrevivência tanto da geração atual como a futura.

O decreto federal 7.746/2012 criou e por meio da Instrução Normativa nº10/2012 (MPOG, 2012) foi estabelecido regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logísticas Sustentáveis nas entidades da administração pública federal direta, autárquica, fundacional e as empresas estatais. (BRASIL, 2012).

A sustentabilidade em todos os meios da sociedade constitui algo de suma importância e no setor público tais ações não poderiam ser negligenciada. Foi por meio de diversas mobilizações e fundamentalmente da necessidade de reduzir os impactos socioambientais negativos foi instituída e aperfeiçoada, desde ano de 1999, um programa denominado de Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P). (MMA, 2010).



O A3P refere-se a um programa cujo principal objetivo é fomentar a responsabilidade socioambiental governamental, além de promover a inserção de critérios de sustentabilidade nas atividades da administração pública. Dessa forma, o A3P representa um dos referenciais com os quais o Plano de Gestão de Logística Sustentável pode embasar e apoiar seus caminhamentos. (MMA, 2010).

Sendo compulsória a todos os órgãos e entidades públicas, esta Instituição Federal de Ensino Superior (IFES), objeto de estudo do presente trabalho, constitui uma autarquia Federal de regime especial, integrante da administração indireta, deve promover ações que contemplem o escopo preconizado pelo PLS. É uma Instituição multicampi, com quatro campi, em diferentes cidades do interior de São Paulo, cuja função precípua é desenvolver ensino, pesquisa e extensão.

A metodologia utilizada foi um estudo caso cuja abordagem correspondeu a pesquisa qualitativa, na qual foram entrevistados membros da comissão gestora através de um formulário com perguntas abertas previamente elaboradas.

A temática é muito pertinente na atualidade, uma vez que corresponde aos desafios enfrentados pelas organizações quanto à formulação de estratégias que culmine na sustentabilidade.

Um dos objetivos do PLS é promover nas organizações e entidades públicas mecanismos capazes de fazer com que sejam desenvolvidas e implementadas ações e estratégias de forma sustentável e econômica, além da preocupação socioambiental.

OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é estudar os desafios e perspectivas na elaboração das ações e práticas sustentáveis nos diversos setores de uma Instituição Federal de Ensino Superior, no que concernem as principais temáticas preconizadas pelo Plano de Gestão de Logística Sustentável.

Dentre os objetivos específicos estão:

- Analisar os fatores impulsionadores e impeditivos para que o plano obtenha eficiência e eficácia;
- Quantificar as principais práticas sustentáveis e racionais que serão implantadas no campus.

METODOLOGIA

A pesquisa é bibliográfica e qualitativa. A opção pela abordagem qualitativa foi em função da profundidade do assunto a ser abordado. Segundo Marconi e Lakatos (2008), a abordagem qualitativa constitui um método onde o pesquisador insere-se no ambiente que será investigado. Por estar intimamente inserido no seu objeto de estudo, o pesquisador irá observar, investigar, registrar eventos e o mais importante irá proceder a uma interpretação dos significados. Para tanto, irá utilizar a narrativa e a descrição dos resultados.

Para realização deste estudo foi escolhida uma instituição pública autárquica indireta. A respectiva instituição, objeto de estudo, é uma universidade federal, localizada no Estado de São Paulo. A escolha da referida instituição deu-se em função de que a mesma teve que implementar o Plano de Gestão de Logística Sustentável, para adequar ao Decreto Federal 7.746/12.

Para a coleta de dados foi entrevistada a comissão gestora do PLS, denominado grupos de trabalhos, no mês de maio de 2018. A entrevista foi feita através de um formulário constituído por perguntas prévias, abertas, onde os entrevistados tiveram condições de expressar suas ideias acerca dos questionamentos feitos. Portanto, foram entrevistados três membros desta comissão, os responsáveis pelos eixos temáticos “compra, sustentabilidade e qualidade de vida”.

De acordo com Andrade (2007), a coleta de dados constitui a busca pelos elementos essenciais para a investigação, a procura pelas informações poderá ser feita através de vários instrumentos de coleta. A coleta é feita a partir da aplicação de técnicas, e pode ser dividida em dados primários e secundários.

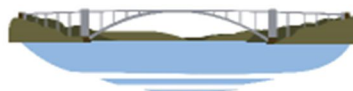
RESULTADOS

Para o processo de implantação do PLS nesta instituição, inicialmente foi instituída uma comissão gestora, nomeada por meio de uma portaria, composta por membros de diferentes áreas da universidade em grupos de trabalhos. Dentre as atribuições estabelecidas nesta portaria está o monitoramento, a avaliação e revisão do PLS.

Dentro das etapas definidas no escopo do PLS, na etapa de elaboração foram convidados servidores de diferentes departamentos, de modo a compor os oito principais eixos temáticos: compra, consumo, deslocamento, energia, água e esgoto, resíduos, sustentabilidade e qualidade de vida. Participam desta fase 15 servidores.

Os cargos são os mais diversos possíveis, chefes, diretores, servidores lotados nos departamentos que estão diretamente ligados aos eixos temáticos. Cada membro possui atribuição definida, cuja principal atribuição é fazer o levantamento de dados e propor iniciativas a serem implementadas nos campi da universidade.

O objetivo desta comissão foi consolidar um plano que fixe metas e ações com o propósito de inserir a sustentabilidade na gestão da universidade, além de otimizar os gastos, promover melhoria nos serviços e orientações para as contratações e aquisições de materiais e serviços.



Deve-se, como forma de promover a conservação do meio ambiente, em função dos alarmantes processos de degradação, envolver a comunidade local nestas questões de cunho ambiental. Mas para que isso ocorra é imprescindível que os sujeitos, que fazem parte e estão inseridos no ambiente, compreendem melhor as inter-relações que se estabelecem entre o homem e o ambiente em que vivem (MOTTA, 1998).

Uma das formas de inserir e compreender melhor a relação que o sujeito possui com o seu meio, a percepção ambiental pode fornecer caminhos para que se desenvolvam estratégias a fim de que determinada situação seja modificada, haja vista que fornece condições de avaliar determinada situação.

Questionados sobre as principais dificuldades a que essa comissão teve com o início de suas atividades, como elementos constitutivos do PLS, os entrevistados relataram a junção dos membros, principalmente os pertencentes aos outros campi, a visão fragmentada de cada área e departamento. Indagados sobre os procedimentos adotados para mitigar essas dificuldades, os inquiridos relataram que inseriram práticas como reuniões via vídeo conferência, em função da distância entre os campi, outro fator atenuante foi a exposição do entendimento que o plano deve ser abrangente e extensivo a toda universidade e não ao departamento, com isso conseguiu avançar na consolidação desta comissão.

Por outro lado, houve fatores que convergiram e que pode ser considerada impulsionadora nesta etapa: os membros são servidores que incorporaram a importância deste plano e expõem que não medirão esforços para que seja implementado com eficiência e eficácia.

Neste contexto insere a gestão ambiental compartilhada, onde a partir da percepção da população sobre os problemas ambientais, torna-se um propulsor para o poder público quanto à leitura da realidade social. Este fato por si só configura um excelente meio de apoio aos instrumentos e ferramentas do sistema de gestão do meio ambiente.

Indagados sobre como foi ou está sendo articulada com a comunidade acadêmica a compulsoriedade de implantação do PLS, os inquiridos responderam que desde o ano de 2016 foram realizadas diversos encontros com intuito de debater com os servidores docentes e técnicos administrativos, além dos estudantes de graduação e pós a proposta de implantação de um documento formal de estratégias com práticas de sustentabilidade no âmbito da universidade.

Instigado se a universidade já desenvolvia algum programa, projeto, ações, práticas e ou procedimentos que visam à sustentabilidade ambiental, social e ou econômica, os entrevistados salientam que na instituição possui uma Secretaria Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) e que mesmo ainda não havendo um plano estruturado, formalizado e aprovado, a universidade promove ações como chamada pública para aquisição de gênero alimentício, como hortifrúts produzidos por agricultores locais para o restaurante universitário, além de aquisição de lâmpadas econômicas para todos os campi. Verifica-se que por mais que haja algumas iniciativas de práticas sustentáveis nesta instituição, a partir da estruturação do PLS passa-se a implementar processos, programas e ações com denominações priorizadas pelos eixos temáticos, com os objetivos definidos, devidamente estruturados, definido previamente os benefícios advindos destas ações praticadas, assim como quem e como irá participar, e também mecanismos que irão avaliar os resultados destas ações de sustentabilidade.

Percebe-se que a instituição deveria já ter implementado este plano em 2012, ocasião em que foi aprovado o decreto 7.746/2012, que criou e a Instrução Normativa n.10/2012. Atenta-se que esta instituição deveria ter elaborado em 2013 e implementado em 2014, no entanto, por diversos motivos, foi interrompido e retomado em 2016. Em 2018 o plano encontra-se no estágio final de formulação.

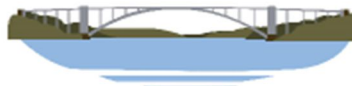
Segundo os inquiridos, a elaboração do plano de gestão de logística sustentável vem de encontro com a missão e objetivos desta instituição e que por meio da elaboração deste instrumento, os objetivos preconizados pelo decreto e instrução normativa estão sendo compatibilizados com a realidade da universidade.

Instigados sobre os fatores considerados impulsionadores e que facilitaram a inserção de tais objetivos na realidade da instituição, os entrevistados afirmaram que a universidade possui a SGAS e vem adotando algumas práticas sustentáveis, como relatados anteriormente.

É interessante notar que a questão ambiental nesta universidade é uma preocupação desde o ano de 1993, com a criação da Coordenadoria Especial de Meio Ambiente (CEMA) por meio da Resolução do CONSUNI n. 201/93. É reformulada ao longo dos últimos anos e ganha status de Secretaria Geral de Gestão Ambiental e Sustentabilidade (SGAS) em 2013, a qual incube a implantação de um sistema de gestão ambiental em todos os campi, através do plano que contém diretrizes e metas de ações.

Diante disto, a elaboração do PLS visa consolidar este processo, apesar de algumas barreiras que ainda deverão ser superadas.

No escopo do PLS, a instituição deverá promover a atualização do inventário de bens e materiais do campus, bem como identificar e articular meios de modo a promover a substituição para os que causem menor impacto, no entanto, este pode ser considerado um das barreiras, já que a atual redução da matriz orçamentária dificulta a substituição de equipamentos modernos, mas que serão superados por adequada alocação de recursos, segundo alegam os entrevistados. Alguns fatores podem ser considerados impulsionadores para que este processo obtenha êxito, pois com a preocupação de uma eficiente gestão ambiental, são sólidas algumas práticas na universidade, a exemplo do fornecimento de canecas aos estudantes, com intuito de fazer uso racional dos recursos naturais e bens públicos, pois foi eliminado o uso de copos plásticos, principalmente no restaurante universitário.



Dentre os eixos temáticos, uso racional dos recursos naturais e bens públicos, de acordo com a cartilha da A3P (2012), implica em economia e redução do desperdício, compreende o uso eficiente dos recursos naturais, além dos diversos materiais de expedientes, como papel, copos plásticos e outros.

Outra prática desenvolvida na universidade diz respeito a capacitação profissional dos servidores, atualmente está em fase final a minuta que institucionaliza o afastamento para cursar graduação e pós-graduação para os servidores.

A sensibilização e capacitação dos servidores busca criar e consolidar a consciência cidadã da responsabilidade socioambiental nestes profissionais, portanto, a capacitação tem o intuito de desenvolver competências institucionais e individuais, além de fornecer novas oportunidades a tais agentes (A3P, 2012).

De acordo com Luiz, Pfitscher e Rosa (2015), a sensibilização e capacitação correspondem ao ponto fundamental para lograr êxito na avaliação institucional. É fundamental que as instituições trabalhem para que toda comunidade incorpore os objetivos e metas socioambientais correspondentes a cada eixo temático. Para tanto, as ações de sensibilização e capacitação devem ser realizadas constantemente, por meio dos quais todos irão manter-se atualizados, além dos ingressantes no órgão.

A qualidade de vida no ambiente de trabalho já é uma prática em alguns setores, mas que deverá avançar, já que este eixo tem o intuito de facilitar e satisfazer as necessidades dos servidores. Portanto, a universidade deverá desenvolver ações cujo objetivo seja de ações que contemple o desenvolvimento pessoal e profissional dos colaboradores.

Ainda de acordo com os eixos temáticos, a instituição ainda precisa avançar no que diz respeito à gestão adequada dos resíduos gerados, já que terá que introduzir e sensibilizar a comunidade acadêmica a adotar a política dos 5R's: repensar, reduzir, reutilizar, reciclar e recusar consumir bens que gerem impactos socioambientais negativos.

De acordo com os entrevistados, esta política é uma das mais difíceis de serem implementadas, uma vez que todos os preceitos estão intimamente relacionados com a cultura organizacional, com as concepções e percepções de cada indivíduo, mas que ao ser formulado um instrumento que repense cada ação poderá ser minimizado, já que todos deverão pensar estrategicamente cada fator norteador.

A percepção ambiental representa condição fundamental de tomada de decisão com a qual possibilita a consciência do homem. Condição esta que permite sensibilizar e conscientizar cada indivíduo no ambiente em que estão inseridos. Este fator por si só induz a proteção e o cuidado com o meio, uma vez que o princípio balizador é conhecer para proteger, é tomar consciência de onde está inserido (BENTLEY, et al., 2012).

Por outro lado, Oliveira (2012), considera que percepção ambiental corresponde a uma visão de mundo, visão do meio ambiente físico, natural e humanizado ao qual o indivíduo está inserido. Precipualemente parte das condições sociocultural, bem como individuais. Provém das experiências grupais ou particularizadas.

Conforme expõe a autora supracitada, o termo percepção ambiental é difícil de ser definido, uma vez que cada estudioso irá conceituar levando em consideração ênfase a especialidade ao qual o estudo foi aplicado. No entanto, o que é enfático ao afirmar que a percepção ambiental representa a preocupação com os impactos ambientais que ocorrem no meio ambiente natural ou construído.

A licitação sustentável caracteriza também um grande desafio para instituição. Conforme compõe as orientações da cartilha A3P (2012), "a administração pública deve promover a responsabilidade socioambiental nas suas contratações. Licitações que levem a aquisição de produtos e serviços sustentáveis são importantes não só para conservação do meio ambiente, mas também apresentam melhor relação custo benefício".

Verifica-se que toda vez que a instituição promoveu aquisições sustentáveis a maioria foi frustrada, talvez seja este também seja o eixo mais complexo para ser implementado. De acordo com os entrevistados, ao exigir critérios no edital para aquisição de materiais e serviços sustentáveis muitos tiveram situação de deserto ou no momento de habilitação os fornecedores não apresentaram as exigências inscritas no edital.

Conforme salientam Luiz, Pfitscher e Rosa (2015), dentre os eixos temáticos, a qualidade de vida no ambiente de trabalho tem como intuito facilitar e satisfazer as necessidades dos servidores, além de atentar quanto aos direitos e opiniões. O enfoque deste eixo visa promover melhorias nas condições ambientais, a saúde e segurança, acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, incentivo a integração social, instigar as capacidades humanas, impulsionar a autonomia para que o servidor desempenhe sua função e respeitar a liberdade de expressão e privacidade pessoal.

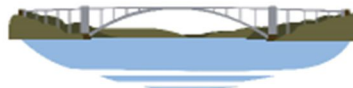
Nesta etapa do processo de elaboração do PLS está sendo articulada a responsabilidade dos gestores na implantação do plano nas unidades, através de protocolos previamente instituídos.

Indagados sobre a estimativa de recursos financeiros, humanos e instrumentos necessários para a implementação do plano, os entrevistados alegaram que ainda estão na fase de levantamento e análise de tais condições.

Ainda não foram definidas as responsabilidades na implementação do plano, mas todos possuem consciência sobre quais as práticas e ações que cada responsável deve promover para que estas sejam transpostas na realidade de cada unidade.

Os entrevistados foram instigados a relatarem como está sendo a articulação entre a comissão e os responsáveis por cada unidade no processo de implantação deste plano. De acordo com as respostas, a comissão elaborou alguns instrumentos que visem tornar este processo o mais participativo e interativo possível.

Outro ponto questionado foi com relação à metodologia adotada para a implementação do plano, os entrevistados consideram que está sendo adequada para a realidade da instituição.



Eles esperam que consigam desenvolver mecanismos de acompanhamento na implementação do plano, de modo a evidenciar os fatores propulsores e impeditivos em cada fase do PLS, pois precipuamente este instrumento visa proporcionar um sólido processo de sustentabilidade ambiental a nível institucional.

Os entrevistados possuem a consciência de que a implementação do PLS é necessário um intenso processo de divulgação, conscientização e capacitação na comunidade acadêmica. Salienta-se que a responsabilidade socioambiental tem início com a decisão de promover mudanças, mas para tanto é necessário novas atitudes e práticas, onde todo o discurso é posto em prática. É inegável que demandará cooperação e junção de esforços de toda comunidade acadêmica. De acordo com Oliveira (2012), os problemas sobre as questões ambientais para este século representam o mesmo patamar que foram nos séculos XIX e XX as questões sociais. Contudo, a sociedade atual não está preparada tanto política quanto afetivamente para enfrentar questões referentes às relações entre natureza e sociedade. Esse impasse exige um equacionamento sob o ponto de vista ético, muito mais do que socioeconômico.

Ainda de acordo com este autor, muitos consideram que o meio ambiente é finito, nem sempre renovável e inesgotável e não se desenvolve uma afetividade em relação a ele. Caso isso ocorra continuará a usá-lo e depredá-lo sem misericórdia e sem fim. Em geral, prevalece a ideia de que o meio ambiente é uma paisagem banal, do cotidiano e o planeta é estático, tranquilo e imutável, não é correta, ao contrário, apesar de ser silencioso e aprazível, este ambiente se apresenta de maneira explosiva e inesperada.

As questões ambientais devem fazer parte do cotidiano das pessoas, estas por sua vez devem se conscientizar e sensibilizar quanto aos alarmantes problemas e crises ambientais, a degradação do meio ambiente e da biodiversidade e transpor em ações e práticas conservacionistas e preservacionistas no meio em que vivem. A percepção ambiental fornece subsídio para compreensão da relação que se estabelece entre o sujeito e o meio em que vive.

Deve-se direcionar total atenção na subjetividade dos sujeitos, haja vista que este representa um principal elemento quando se analisa a relação que se estabelece com o meio, uma vez que diferentes conceitos e olhares serão determinantes e influenciadores na descrição, bem como na forma como ordena seu convívio. Nesta questão, ressalta-se que diversos aspectos da vida humana são indutores e ou impeditivos da visão que se tem sobre a natureza, bem como dos valores e importância que se dá ao mesmo. (MUCELIN; BELLINI, 2007)

Salienta-se que as interações sociais e as relações com o ambiente são também fatores que se devam levar em consideração quando se analisa a percepção ambiental, uma vez que o conhecimento, o sentimento, a operacionalização, a afetividade, o comportamento e a conduta são também preponderantes.

CONCLUSÕES

A instituição, objeto de estudo do presente trabalho, está na fase de elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, conforme preconiza a orientação da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação (SLTI) do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) por meio do art. 16 do Decreto nº 7.746/ 2012 e as regras estabelecidas na Instrução Normativa SLTI/MP n. 10/ 2012. O intuito deste instrumento é implementar a cultura da sustentabilidade na universidade, através de diversos eixos temáticos.

Por meio deste trabalho foi possível levantar alguns fatores que contribuíram e os que foram impeditivos para que haja efetivamente a elaboração do PLS nesta instituição sob a ótica dos principais eixos temáticos.

Dentre os fatores impulsionadores aparecem o reconhecimento da importância do plano, uma vez que todos os membros da equipe gestora possuem a expectativa de que este será implementado com eficiência e eficácia. Outro ponto favorável a consolidação deste plano refere-se à preocupação da universidade com a gestão ambiental, haja vista que há mais de vinte anos esta instituição possui uma secretaria que fica responsável pelo sistema de gestão ambiental. Mesmo ainda não tendo um plano estruturado de sustentabilidade, esta instituição desenvolve algumas práticas, como exemplo, aquisição de produtos da agricultura familiar, bem como de lâmpadas com econômicas e fornecimento de canecas para os alunos, além de formalização da capacitação dos servidores e algumas ações que garantem a qualidade de vida no trabalho.

No entanto, há ainda que se avançar em alguns aspectos, considerados fatores impeditivos a elaboração e implementação do respectivo plano. Dentre os fatores dificultadores na fase de elaboração do plano correspondeu a coesão da equipe, haja vista que foram recrutados servidores de diferentes departamentos e campi da universidade, ou seja, a transposição das estratégias acordadas no plano recomenda que sejam extensivos aos demais campi, visto a característica multicampi desta universidade, havia uma visão fragmentada do processo de sustentabilidade, mas tais barreiras foram superadas com medidas como reuniões mediadas por meio de tecnologia, bem como da tomada de consciência de que o plano deve ser abrangente e expansivo a toda instituição.

Outro aspecto impeditivo diz respeito à redução da matriz orçamentária que pode inviabilizar investimentos na aquisição de produtos e sistemas mais econômicos e sustentáveis. Esbarra também em introduzir e sensibilizar toda comunidade acadêmica a adotar a política dos 5R's, haja vista que impera uma cultura organizacional com concepções e percepções que necessitam ser ampliada no que tange as questões ambientais. A licitação sustentável também deverá ser objeto de análise, uma vez que esbarra em diversos mecanismos que impedem a consolidação desta prática no âmbito nesta instituição.



Percebe-se que um plano como este possui grande impacto positivo nesta instituição pública, onde fundamentalmente haverá o compromisso com a sustentabilidade e com isso transcenderá benefícios para todos aqueles que utilizam os serviços dessa instituição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
2. BENTLEY, Frank., et al. Drawing the City: differing perceptions of the urban environment. **Core.Ac**, v. 91, n.124, May-Jun, 2012.
3. BRASIL, **Decreto 7.746 de 05 de Junho de 2012**. Regulamenta o art. 3o da Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, e institui a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública – CISAP. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 junho. 2012.
4. _____. **Instrução Normativa nº 10 de novembro de 2012**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG - Estabelece regras para elaboração dos Planos de Gestão de Logística Sustentável de que trata o art. 16, do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 06 junho. 2012. Publicada no D.O.U. nº 220, de 14 novembro de 2012, Seção I, pág. 113.
5. LUIZ, Lilian Campagnin; PFITSCHER, Elisete Dahmer; ROSA, Fabricia Silva. Plano de Gestão de Logística Sustentável: proposição de ações e indicadores socioambientais para avaliar o desempenho nos órgãos públicos federais. *Rev. Adm. UFSM, Santa Maria*, v. 8, Ed. **Especial XVI ENGEMA**, p. 08-27, 2015.
6. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
7. MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Programa Agenda Ambiental na Administração Pública. Como elaborar o A3P. **Ministério do Meio Ambiente** Esplanada dos Ministérios, Brasília-DF, 2010. Disponível em: <www.mma.gov.br/a3p>. Acesso em: 27 de maio de 2018.
8. MOTTA, R. S. **Manual para valoração econômica de recursos ambientais**. Brasília: MMA, 1998.
9. MUCELIN, Carlos Alberto; BELLINI, Luzia Marta. Percepção Ambiental em Ecossistema Urbano. In: CONGRESSO DE ECOLOGIA DO BRASIL, 8, 2007, Caxambu. **Anais**. Maringá: UTFPR-UEM, 2007. p. 1-3.
10. OLIVEIRA, Livia. Percepção ambiental. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v.6, n.2, jul./dez. 2012.